



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
UNIDADE DO CURSO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Nome do curso e a modalidade (licenciatura, bacharelado ou tecnólogo)
Campus de oferta do curso**

Cidade, ano.

Reitora: Suzane da Rocha Vieira Gonçalves
Vice-Reitor: Ednei Gilberto Primel
Pró-Reitora de Graduação: Simone Grohs Freire

Equipe Técnica da Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora de Graduação: Simone Grohs Freire
Diretora de Avaliação e Desenvolvimento da Graduação: Sabrina das Neves Barreto
Coordenadora de Licenciaturas: Patrícia de Faria Ferreira
Coordenadora de Bacharelados e Tecnólogos: Lis Yana de Lima Martínez
Equipe Técnica Nicolle Lemos e Yuliane Felcher

Equipe Técnica da Unidade Acadêmica

Diretor(a):
Coordenador (a):
Coordenador (a) Adjunto:
Núcleo Docente Estruturante:

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
1.1. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	5
1.1.2. HISTÓRICO E CONTEXTO DO CURSO	6
1.2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	7
2.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	7
2.2. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	7
2.3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....	8
2.4. OBJETIVOS DO CURSO	8
2.4.1. OBJETIVO GERAIS	9
2.4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
2.5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	9
2.6. RELAÇÃO DE CONVÊNIOS VIGENTES DO CURSO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES	9
3. ESTRUTURA CURRICULAR	9
3.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	9
3.2. CONTEÚDOS CURRICULARES	9
3.3. MATRIZ CURRICULAR.....	11
3.4. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR.....	12
3.5. FLUXOGRAMA DO CURSO	13
3.6. METODOLOGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	15
3.7 MATERIAL DIDÁTICO	15
3.8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	15
3.9. ATIVIDADES DE TUTORIA (<i>PARA CURSOS PRESENCIAIS COM CARGA HORÁRIA EAD EM DISCIPLINAS</i>) ..	15
3.10. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	15
3.11. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) - (<i>PARA CURSOS PRESENCIAIS COM CARGA HORÁRIA EAD EM DISCIPLINAS</i>)	15
3.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	15
3.13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	16
3.14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	16
3.15. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	16
3.16. ATIVIDADES PRÁTICAS DO CURSO	16
3.17. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA	16
3.18. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA OS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE	16
3.19. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	17
4. INFRAESTRUTURA DO CURSO	17

5. REFERÊNCIAS.....	18
6. APÊNDICES	19
REFERÊNCIAS DO PPC EDITÁVEL.....	20

1. APRESENTAÇÃO

A finalidade deste item é apresentar o documento ao público em geral e, em especial, àquele para o qual se dirige, ou seja, à comunidade acadêmica. Deve-se abordar o objetivo e o processo de organização do Projeto Pedagógico. É indicado mencionar a fundamentação legal que o subsidiou bem como o percurso de sua elaboração, sobretudo, se foi fruto de um trabalho participativo e democrático.

1.1. Histórico da Universidade Federal do Rio Grande

(sugestão de texto)

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), situada no município de Rio Grande, no extremo sul do Brasil, constitui-se como uma instituição pública federal de ensino superior comprometida com a formação acadêmica, a produção de conhecimento e o desenvolvimento regional sustentável, em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

A implantação do ensino superior em Rio Grande remonta à década de 1950, sendo resultado de mobilização de diferentes segmentos da comunidade local. Nesse contexto, foram criadas instituições isoladas que estruturaram as bases da educação superior na região, destacando-se a Faculdade de Ciências Econômicas (1953), a Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua (1960) e a Faculdade Católica de Filosofia (1961). Essas iniciativas desempenharam papel fundamental na ampliação do acesso à formação acadêmica no sul do Rio Grande do Sul.

A constituição da universidade ocorreu em 20 de agosto de 1969, com a integração dessas faculdades, dando origem à Universidade do Rio Grande, no contexto das políticas nacionais de reorganização do ensino superior impulsionadas pela Reforma Universitária instituída pela Lei nº 5.540/1968. Posteriormente, a instituição foi federalizada, passando a denominar-se Universidade Federal do Rio Grande (FURG), consolidando seu caráter público, gratuito e comprometido com a democratização do ensino.

Desde sua origem, a FURG desenvolveu-se articulando ensino, pesquisa e extensão, princípio reafirmado pelo art. 207 da Constituição Federal. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, intensificou seu processo de institucionalização, com expansão da oferta de cursos de graduação e criação de programas de pós-graduação *stricto sensu*, consolidando a pesquisa como eixo estruturante e fortalecendo sua inserção regional.

Um marco distintivo de sua trajetória ocorre em 1987, quando a universidade assume explicitamente como vocação institucional os ecossistemas costeiros e oceânicos. Essa diretriz orienta a produção de conhecimento voltada à compreensão das dimensões naturais, sociais, culturais e históricas do ambiente costeiro, conferindo à FURG uma identidade acadêmica singular no cenário nacional, especialmente nas áreas das Ciências do Mar, ambientais e do desenvolvimento sustentável.

A partir dos anos 2000, em consonância com políticas públicas de expansão e democratização do acesso ao ensino superior, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a FURG ampliou sua atuação por meio da consolidação de uma estrutura multicampi, com unidades em Santo Antônio da

Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar. Esse movimento reforça seu papel como agente de interiorização do ensino superior público e dinamizador social e econômico da região.

Paralelamente, a universidade fortaleceu seu compromisso com a inclusão e a justiça social por meio da implementação de políticas afirmativas. Destaca-se sua atuação pioneira na criação de processos seletivos específicos para estudantes indígenas e quilombolas, bem como a adoção de editais voltados à população trans, evidenciando o enfrentamento das desigualdades históricas e o reconhecimento do racismo institucional como dimensão a ser problematizada no âmbito acadêmico.

No campo da gestão e planejamento institucional, a FURG orienta suas ações por documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), os quais reafirmam seu compromisso com uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e socialmente referenciada. Suas práticas acadêmicas e administrativas fundamentam-se em valores como a diversidade, o diálogo, a alteridade, a cultura de paz e a não discriminação, promovendo um ambiente plural e democrático.

Atualmente, a FURG consolida-se como uma universidade comprometida com a formação cidadã e a produção de conhecimento científico e tecnológico, articulando ensino, pesquisa, extensão e inovação. Sua atuação está profundamente vinculada às demandas regionais e aos desafios contemporâneos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, a equidade social e o fortalecimento da democracia.

*Texto elaborado com a colaboração do NUME – Núcleo de Memória da FURG

1.1.2. Histórico e contexto do curso

Neste subitem, relativo aos cursos existentes, faz-se necessário descrever a história do curso, ressaltando sua criação, as datas marcantes de sua trajetória, a qual Unidade Acadêmica está vinculado e, também, descrevê-la sucintamente. É indicado destacar a relevância do curso para a instituição e como este está articulado às políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI, também demonstrar como estas políticas estão alinhadas ao perfil do egresso.

1.2. Dados de identificação do curso

Nome do curso

Informar o nome completo do curso, inclusive se é bacharelado, licenciatura ou tecnólogo.

Titulação conferida

Informar a titulação conferida: Bacharel ou Licenciado ou Tecnólogo.

Modalidade do curso

Informar se a modalidade do curso é presencial, semipresencial ou a distância.

Duração do curso

Informar a integralização mínima em X anos (mencionar períodos e a duração destes) e máxima em Y anos (mencionar períodos e a duração destes).

Regime do curso

Informar se o regime do curso é por disciplina ou seriado.

Número de vagas oferecidas por semestre/ano

O número de vagas oferecidas.

Turnos previstos

Informar os turnos em que o curso é realizado (manhã/tarde/noite).

Ano e semestre de início de funcionamento do curso

O curso teve seu início no semestre X do ano Y.

Ato de Autorização

Quando o curso já existe, mencionar o documento ou similar que criou o curso (Decreto/Deliberação/Resolução).

Histórico das alterações curriculares

Listar as deliberações e resoluções das alterações curriculares

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Políticas Institucionais

Apresentar as políticas institucionais previstas no PDI e no PPI que estão implantadas no curso que se voltam para a promoção de oportunidades de aprendizagem (como políticas de ensino, pesquisa, extensão, inovação, gestão, internacionalização e educação a distância) alinhadas ao perfil do egresso.

2.2. Políticas de atendimento ao discente

Sugestão de texto:

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), implementa políticas institucionais de atendimento ao estudante em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante (PDE), visando assegurar condições de acesso, permanência, êxito acadêmico e conclusão de curso.

As ações de atendimento ao discente encontram-se institucionalizadas e organizadas em subprogramas que integram dimensões socioeconômicas, pedagógicas e de formação ampliada. No âmbito da Assistência Básica, são ofertados auxílios e serviços destinados à

redução das desigualdades sociais e à garantia de condições materiais de permanência, incluindo alimentação (por meio de Restaurantes Universitários e auxílios pecuniários), moradia estudantil (em Casas do Estudante Universitário ou por meio de auxílio financeiro), transporte, auxílio infância, inclusão digital, bem como benefícios específicos destinados a estudantes indígenas e quilombolas.

No âmbito do Apoio Pedagógico, a instituição desenvolve ações sistemáticas de acompanhamento acadêmico, com vistas à melhoria do desempenho discente e à redução dos índices de retenção e evasão, por meio de orientações educacionais, planejamento de estudos, atendimentos individualizados e concessão de bolsas vinculadas a programas institucionais, tais como o Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Específicas (PAENE), o Programa de Apoio Pedagógico para Estudantes Indígenas e Quilombolas (APEIQ) e o Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante (PDE).

No âmbito da Formação Ampliada, a FURG promove ações voltadas à integração acadêmica, à participação estudantil e ao desenvolvimento integral, incluindo atividades culturais, esportivas, de extensão e de acolhimento institucional, com destaque para a Acolhida Cidadã, que constitui estratégia estruturada de inserção e adaptação dos estudantes ingressantes à vida universitária.

Adicionalmente, a instituição desenvolve políticas de atenção à saúde mental e ao bem viver universitário, por meio de serviços de acolhimento psicológico, ações de prevenção e promoção da saúde, atendimentos individuais e coletivos e articulação com a rede pública de saúde. Destacam-se, ainda, as ações de inclusão e acessibilidade, com suporte a estudantes com deficiência e necessidades específicas, bem como o fortalecimento das políticas de ações afirmativas, assegurando equidade no acesso e na permanência.

As políticas de atendimento ao estudante contemplam, ainda, o apoio à participação em estágios obrigatórios e não obrigatórios, programas institucionais, projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como ações que favorecem a permanência qualificada, o pertencimento institucional e a formação acadêmica integral. Dessa forma, a FURG consolida uma política institucional estruturada, contínua e articulada, alinhada aos princípios da equidade, da inclusão e da qualidade da educação superior.

*Texto, elaborado pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil.

2.3. Princípios orientadores

Apresentar os princípios que fundamentam o curso e orientam o processo formativo discente destacando o alinhamento aos princípios institucionais previstos no PPI. Indicar, dentre os princípios do curso, o respeito às diferenças e à diversidade humana.

2.4. Objetivos do curso

Os objetivos do curso devem ser explicitados no sentido de demonstrar coerência com os seguintes aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional, com as características locais e regionais.

2.4.1. Objetivo gerais

2.4.2. Objetivos específicos

2.5. Perfil profissional do egresso

Neste subitem, deverão ser descritas as características do profissional que o curso pretende formar. É importante que o perfil esteja de acordo com os objetivos do curso e relacionado com as DCNs (quando houver), e que indique as competências a serem desenvolvidas pelo discente articuladas às necessidades locais e regionais.

2.6. Relação de convênios vigentes do curso com outras instituições

Informar (quando houver) os convênios do curso com outras instituições, ressaltando a importância do vínculo para a formação do estudante e as formas de interação com o curso.

3. ESTRUTURA CURRICULAR

A descrição da estrutura curricular envolve a apresentação dos diversos aspectos, os quais são elencados nos subitens desta seção.

3.1 Organização curricular

Descrever o percurso formativo do curso, contemplando os seguintes elementos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica, compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), articulação da teoria com a prática, mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e elementos inovadores. O texto precisa, não apenas mencionar estes aspectos, mas também demonstrar o modo como estão contemplados neste documento.

3.2. Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares devem subsidiar o desenvolvimento dos princípios constantes nas DCNs do curso ou estabelecidos pelo curso. Espera-se que o texto articule o desenvolvimento dos princípios e os conteúdos curriculares. Não deve ser uma simples reprodução do texto da lei. Ao apresentar este subitem, é necessário que o texto do PPC deixe claro que o curso está comprometido e reconhece a importância desses conteúdos para a formação do seu corpo discente. Outro ponto relevante é mostrar que os conteúdos curriculares se relacionam com a pesquisa e a extensão. Considerar ainda:

Educação ambiental

Abordagem **obrigatória** dos conteúdos e temas relativos às políticas de educação ambiental (Lei n. 9.795/1999, com regulamento pelo Decreto n. 4.281/2002, e Resolução CNE/CP n. 2/2012, decorrente do Parecer CNE/CP n. 14/2012), sinalizando, neste tópico, quais componentes curriculares, sejam eles obrigatórios ou optativos, contemplam essa temática.

Educação em direitos humanos

Abordagem **obrigatória** sobre a educação em direitos humanos, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP n. 1/2012, decorrente do Parecer CNE/CP n. 8/2012, sinalizando, neste tópico, quais componentes curriculares, sejam eles obrigatórios ou optativos, contemplam essa temática.

Educação das relações étnico-raciais

Inclusão **obrigatória** no currículo, do tema da educação das relações étnico-raciais, conforme define a Lei n. 9.394/1996, com redação dada pela Lei n. 10.639/2003 e Lei n. 11.645/2008, além da Resolução CNE/CP n. 1/2004, decorrente do Parecer CNE/CP n. 3/2004, sinalizando, neste tópico, quais componentes curriculares, sejam eles obrigatórios ou optativos, contemplam essa temática.

LIBRAS

Inclusão **obrigatória** no currículo das Licenciaturas e **optativa** nos demais cursos. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

3.3. Matriz curricular

Quadro 3. Matriz curricular

1º Semestre										
Código	Componente Curricular	Unidade Acadêmica	Créditos	CH teórica	CH prática	CH EAD	CH de extensão	Carga Horária Total	Pré-requisitos	Equivalências

- Replicar a tabela para os demais semestres/anos

3.4. Integralização curricular

Tabela 1 - Síntese de integralização curricular

1) Formação Específica	Créditos	Carga Horária
Disciplinas Obrigatórias		
Disciplinas Optativas		
Estágio Curricular obrigatório (se houver)		
Extensão Curricular		
EAD (apenas disciplinas obrigatórias)		
Práticas Pedagógicas (cursos de Licenciatura)		
Soma		
2) Formação Complementar		
Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão		
Carga Horária Total do curso		

3.5. Fluxograma do curso

Curso: Nome do curso							
Quadro de Sequência Lógica (QSL): código							
Período 1 CH-A = CH-R (CH total de obrigatórias no período)	Período 2 CH-A = CH-R	Período 3 CH-A = CH-R	Período 4 CH-A = CH-R	Período 5 CH-A = CH-R	Período 6 CH-A = CH-R	Período 7 CH-A = CH-R	Período 8 CH-A = CH-R
Código Nome da disciplina Duração Cr/CH-A = CH-R							
Código Nome da disciplina Duração Cr/CH-A = CH-R							
Código Nome da disciplina Duração Cr/CH-A = CH-R							
Código Nome da disciplina Duração Cr/CH-A = CH-R							
Código Nome da disciplina Duração Cr/CH-A = CH-R							
Código Nome da disciplina Duração Cr/CH-A = CH-R							

Informações		Legenda					
É possível editar as informações contidas nessa planilha acrescentando ou excluindo células, linhas ou colunas. Se a disciplina não tiver código, escrever "a determinar". As disciplinas optativas vêm abaixo das obrigatórias.		Carga Horária: Cr = Créditos CH-A = Hora-aula CH-R = Hora-relógio					

3.6. Metodologias de ensino e de aprendizagem

O texto deverá apresentar as diferentes metodologias de trabalho adotadas nos processos de ensino e aprendizagem e como as atividades didáticas serão desenvolvidas ao longo do curso.

3.7 Material didático

O material didático, tanto impresso quanto digital, abrange recursos com fins pedagógicos que orientam o processo de aprendizagem dos conteúdos, por meio de mídias visuais, auditivas ou audiovisuais. Descrever a forma de disponibilização aos discentes, considerando a abrangência, o aprofundamento e a coerência teórica proporcionada pelo material, bem como a acessibilidade metodológica e instrumental.

No que tange aos cursos EAD e semipresenciais, é recomendável que os materiais para uso a distância sejam pensados a partir da busca por integrar diferentes mídias, explorando a convergência e integração entre diferentes materiais na perspectiva da construção do conhecimento, favorecendo a interação entre os múltiplos sujeitos.

3.8. Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

Apresentar os mecanismos que garantam a natureza formativa da avaliação, as formas diferenciadas de avaliar a aprendizagem e os instrumentos e procedimentos que serão utilizados para avaliar os alunos.

3.9. Atividades de tutoria (*para cursos presenciais com carga horária EAD em disciplinas*)

No caso de cursos presenciais com carga horária EAD, o papel do tutor deverá ser realizado pelo docente responsável pela disciplina, de acordo com a Deliberação nº 111/2019 do COEPEA.

3.10. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no processo de ensino e aprendizagem

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) consistem em dispositivos que impulsionam a cooperação e a acessibilidade na produção do conhecimento e que podem promover processos educativos que transcendam as limitações físicas e virtuais, possibilitando distintas formas de aprendizagem.

3.11. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - (*Para cursos presenciais com carga horária EAD em disciplinas*)

Este item deve descrever o AVA adotado, os recursos e as tecnologias utilizadas pelo curso e de que forma estão articulados ao PPC e à metodologia do curso. Informações sobre o AVA no link: <https://sead.furg.br/apoio-ava-furg>

3.12. Estágio curricular supervisionado

. O texto deste subitem deve informar em que consistirá o estágio, qual é o seu objetivo em relação ao curso, bem como deve definir as formas de acompanhamento e avaliação. É preciso descrever a carga horária prevista, em que semestre ou semestres será ofertado. É importante lembrar que o estágio, como uma das atividades práticas, não deve ser relegado apenas ao final do curso e que

necessita de acompanhamento da instituição e da empresa onde o aluno for exercer suas atividades. É importante que sejam expostas, no texto, algumas informações: o estágio curricular supervisionado está institucionalizado; orientação cuja relação orientador/aluno seja compatível com as atividades; coordenação e supervisão, existência de convênios, estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, e interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio.

3.13. Atividades complementares

São consideradas atividades complementares as atividades de iniciação à pesquisa; atividades artístico-culturais e esportivas; atividades de participação e/ou organização de eventos; experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas; produção técnica e/ou científica; vivências de gestão, entre outras. Neste subitem, devem ser expostos, no texto, se as atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente.

3.14. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Informar em que consistirá, como será realizado, orientação, qual é a carga horária prevista para essa atividade, em que semestre será ofertado e suas formas de acompanhamento e avaliação. Apresentar a metodologia e o regimento do TCC (objetivos, alunos habilitados, campo da pesquisa, características da pesquisa, forma de apresentação do projeto e do relatório final, realização de defesa oral e a forma de avaliação). É recomendável que se informe a existência do regulamento de TCC devidamente aprovado em colegiado do curso e o encaminhamento para a divulgação no Repositório Institucional.

3.15. Curricularização da extensão

Explicitar de que forma a curricularização da extensão se dá no âmbito do curso, relacionando as atividades extensionistas com o PDI da FURG, com as DCNs e demais legislações da Universidade. Caso o curso tenha optado em elaborar uma normativa sobre a inserção da extensão, pode anexá-la ao PPC.

3.16. Atividades práticas do curso

3.17. Atividades práticas de ensino para os cursos de Licenciatura

Informar as atividades práticas de ensino previstas e se estas atividades relacionam teoria e prática de forma reflexiva durante todo o curso.

3.18. Atividades práticas de ensino para os cursos da área da Saúde

Informar:

- Se as atividades práticas de ensino apresentam conformidade com as DCNs do curso;
- Se há a regulamentação para a orientação, supervisão e responsabilidade docente;
- Se permite a inserção nos cenários do SUS e em outros ambientes (laboratórios ou espaços de ensino);
- Se as atividades práticas resultam no desenvolvimento de competências específicas da profissão, e estando, ainda, relacionadas ao contexto de saúde da região.

3.19. Caracterização dos componentes curriculares

1º Semestre/Ano

Componente Curricular:		
Código:	Créditos:	Unidade Acadêmica:
Caráter: obrigatória ou optativa	Sistema de Avaliação: I ou II	
Pré-requisitos:	Equivalência:	
Distribuição da carga horária:	Teórica:	
	Prática:	
	EaD:	
	Extensão:	
Carga Horária total:		
Ementa:		
Objetivo:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

* replicar a tabela para as demais disciplinas

4. INFRAESTRUTURA DO CURSO

Neste item, é necessário que se apresentem, sinteticamente, a infraestrutura de que o curso dispõe (salas de aula, laboratórios, bibliotecas, equipamentos, espaço de trabalho para docentes em tempo integral, espaço de trabalho para o coordenador, sala coletiva de professores/as, acesso dos alunos a equipamentos de informática, ambientes profissionais vinculados ao curso, etc.), bem como o número de docentes e técnico-administrativos.

5. REFERÊNCIAS

Deve constar a lista das referências que foram citadas e a fundamentação para a elaboração do PPC.

6. APÊNDICES

Neste item, serão anexadas todas as normativas, portarias, caracterização dos componentes curriculares que fazem parte do currículo do curso. Aqui devem ser inseridas Normas de Atividades Complementares, Regulamento do Estágio Supervisionado, Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, Regulamento das Atividades Complementares, Normas para Ações de Extensão, Portarias de nomeação do NDE, entre outros documentos.

6.1.Regulamento do Curso

6.2. Regulamento do Atividades Complementares

6.3. Regulamento de Extensão

6.4. Regulamento de Estágio (obrigatório /não obrigatório)

6.5.Regulamento de NDE

6.6.Regulamento do TCC (conforme o caso)

6.7 Normativas referentes às alterações curriculares realizadas no curso

REFERÊNCIAS DO PPC EDITÁVEL

BRASIL. **DECRETO Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Equipe avaliação *in loco*. Brasília, 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC.

RESOLUÇÃO CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002a.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº. 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 2002b.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE Nº 02, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, 2007.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG. **Instrução Normativa CONJUNTA PROEXC/PROGRAD Nº 1, de 8 de abril de 2022**. Regulamenta o processo de curricularização das ações de extensão nos cursos de graduação da FURG. Rio Grande, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028)**. Rio Grande, 2023.